



O que está em jogo no leilão A-1 de dezembro

Cenário

Rodrigo Polito
Do Rio

O leilão de energia do tipo "A-1", marcado para 5 de dezembro, será crucial para determinar os rumos do setor elétrico e, principalmente, dos balanços das elétricas em 2015. Tradicionalmente inexpressivo, o leilão desta vez sinalizará de quanto será a exposição das distribuidoras ao mercado de curto prazo no próximo ano.

No fim deste ano, terminará o contrato de fornecimento de um bloco de energia da ordem de 4 mil megawatts (MW) médios para as distribuidoras. O volume equivale a cerca de 6% de toda a demanda de energia do país.

Pela legislação atual, as distribuidoras só podem renovar a contratação dessa energia por meio de um leilão do tipo A-1. A licitação negocia energia existente em contratos com início de fornecimento já no primeiro dia

do ano seguinte aquele do término do contrato anterior, neste caso 1º de janeiro de 2015.

Em dezembro de 2012, quando ocorreu situação semelhante, o governo decidiu não realizar um leilão A-1. A consequência foi a descontração das distribuidoras em cerca de 2 mil MW médios em 2013. As distribuidoras tiveram que cobrir essa exposição involuntária no mercado de curto prazo, justamente quando os preços se tornaram elevados devido à escassez de chuvas. Essa situação originou a "bola de neve" de problemas que se observou no setor nos últimos dois anos.

Para 2015, porém, a situação também não é simples. Ocorre que parte da energia que será descontraçada no fim deste ano pertence a usinas que terão as concessões encerradas ao longo de 2015. E, pela Medida Provisória 579/2012 (transformada na lei 12.783/2013), esse montante de energia passará a ser repartido para as distribuidoras, a pre-

ços mais baixos.

Parte dessa energia, cerca de 1,5 mil MW médios, já poderá ser rateada pelas distribuidoras em janeiro, considerando o término da concessão das hidrelétricas de São Simão e Jaguará, da Cemig. Essa é a razão para o temor do mercado sobre a hipótese de a estatal mineira, que passará a ser controlada pelo governo do PT (o mesmo partido do governo federal), abrir mão da disputa da renovação da concessão das usinas na Justiça.

De acordo com estimativas da consultoria PSR, cerca de 4,5 mil MW médios de energia estão previstos para serem distribuídos para as distribuidoras, por meio da MP 579, até julho de 2015. O montante é superior à necessidade de recontração das empresas para o próximo ano.

O problema, para o governo, é que, se o leilão A-1 de dezembro negociar a necessidade plena das distribuidoras, haverá uma sobrecontração elevada por essas empresas no segundo semestre

de 2015. E, pelas regras do setor, as distribuidoras só podem repassar ao consumidor até 1% de sobrecontração de energia, devendo os acionistas das empresas arcarem com o custo excedente.

Por outro lado, se não realizar o leilão, o governo corre o risco de deixar as distribuidoras novamente expostas no mercado de curto prazo no primeiro semestre do ano que vem. E, dado ao cenário ainda pessimista com relação às chuvas e armazenamento dos reservatórios hidrelétricos, estima-se que o preço spot de energia permanecerá salgado no próximo ano.

É sobre essa situação que a cúpula energética de Dilma Rousseff está debruçada nas últimas semanas. O governo ainda não sabe qual será o volume de contratação ideal para equilibrar as contas das distribuidoras em 2015.

O Valor apurou, contudo, que o governo só deverá trazer soluções para esse e os demais problemas do setor elétrico após a definição

da nova equipe energética, com mudanças principalmente no Ministério de Minas e Energia. Como a presidente pretende definir primeiro sua nova equipe econômica, estima-se que os novos nomes para o setor de energia e as primeiras decisões regulatórias do setor só ocorram em questão de semanas.

Segundo um especialista do mercado elétrico, porém, quanto mais tempo o governo demora para tomar medidas com relação ao setor, mais insegurança e incertezas são percebidas pelos investidores.

Na avaliação do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, desde o imbróglio causado pela MP 579, o governo tem adotado medidas conjunturais para tentar resolver um problema estrutural. Em recente apresentação no Rio de Janeiro, o presidente da PSR, Mario Veiga, listou pelo menos oito mudanças regulatórias significativas adotadas pelo governo desde a implementação da MP 579.

O leilão de energia do tipo "A-1", marcado para 5 de dezembro, será crucial para determinar os rumos do setor elétrico e, principalmente, dos balanços das elétricas em 2015. Tradicionalmente inexpressivo, o leilão desta vez sinalizará de quanto será a exposição das distribuidoras ao mercado de curto prazo no próximo ano.

No fim deste ano, terminará o contrato de fornecimento de um bloco de energia da ordem de 4 mil megawatts (MW) médios para as distribuidoras. O volume equivale a cerca de 6% de toda a demanda de energia do país.

Pela legislação atual, as distribuidoras só podem renovar a contratação dessa energia por meio de um leilão do tipo A-1. A licitação negocia energia existente em contratos com início de fornecimento já no primeiro dia do ano seguinte aquele do término do contrato anterior, neste caso 1º de janeiro de 2015.

Em dezembro de 2012, quando ocorreu situação semelhante, o governo decidiu não realizar um leilão A-1. A consequência foi a descontração das distribuidoras em

cerca de 2 mil MW médios em 2013. As distribuidoras tiveram que cobrir essa exposição involuntária no mercado de curto prazo, justamente quando os preços se tornaram elevados devido à escassez de chuvas. Essa situação originou a "bola de neve" de problemas que se observou no setor nos últimos dois anos.

Para 2015, porém, a situação também não é simples. Ocorre que parte da energia que será descontratada no fim deste ano pertence a usinas que terão as concessões encerradas ao longo de 2015. E, pela Medida Provisória 579/2012 (transformada na lei 12.783/2013), esse montante de energia passará a ser repartido para as distribuidoras, a preços mais baixos.

Parte dessa energia, cerca de 1,5 mil MW médios, já poderá ser rateada pelas distribuidoras em janeiro, considerando o término da concessão das hidrelétricas de São Simão e Jaguará, da Cemig. Essa é a razão para o temor do mercado sobre a hipótese de a estatal mineira, que passará a ser controlada pelo governo do PT (o mesmo partido do governo federal), abrir mão da disputa da renovação da concessão das usinas na Justiça.

De acordo com estimativas da consultoria PSR, cerca de 4,5 mil MW médios de energia estão previstos para serem distribuídos para as distribuidoras, por meio da MP 579, até julho de 2015. O montante é superior à necessidade de recontração das empresas para o próximo ano.

O problema, para o governo, é que, se o leilão A-1 de dezembro negociar a necessidade plena das distribuidoras, haverá uma sobrecontratação elevada por essas empresas no segundo semestre de 2015. E, pelas regras do setor, as distribuidoras só podem repassar ao consumidor até 1% de sobrecontratação de energia, devendo os acionistas das empresas arcarem com o custo excedente.

Por outro lado, se não realizar o leilão, o governo corre o risco de deixar as distribuidoras novamente expostas no mercado de curto prazo no primeiro semestre do ano que vem. E, dado ao cenário ainda pessimista com relação às chuvas e armazenamento dos reservatórios hidrelétricos, estima-se que o preço spot de energia permanecerá salgado no próximo ano.

É sobre essa situação que a cúpula energética de Dilma Rousseff está debruçada nas últimas semanas. O governo ainda não sabe qual será o volume de contratação ideal para equilibrar as contas das distribuidoras em 2015.

O Valor apurou, contudo, que o governo só deverá trazer soluções para esse e os demais problemas do setor elétrico após a definição da nova equipe energética, com mudanças principalmente no Ministério de Minas e Energia. Como a presidente pretende definir primeiro sua nova equipe econômica, estima-se que os novos nomes para o setor de energia e as primeiras decisões regulatórias do setor só ocorram em questão de semanas.

Segundo um especialista do mercado elétrico, porém, quanto mais tempo o governo demora para tomar medidas com relação ao setor, mais insegurança e incertezas são percebidas pelos investidores.

Na avaliação do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, desde o imbróglio causado pela MP 579, o governo tem adotado medidas conjunturais para tentar resolver um problema estrutural. Em recente apresentação no Rio de Janeiro, o presidente da PSR, Mario Veiga, listou pelo menos oito mudanças regulatórias significativas adotadas pelo governo desde a implementação da MP 579.